

A economia e a “Crise”. Alguns pontos de reflexão.

João Sousa Andrade
Coimbra, 13/12/2009

Quando decidimos fazer o livro “A Crise Financeira Internacional” (edição em Portugal na Imprensa da Universidade de Coimbra e no Brasil na Editora Lex) algumas das razões que nos moviam, aos cinco autores, prendiam-se com o facto de as várias opiniões emitidas serem parcelares e parciais e muito eivadas de preconceitos ideológicos (contra-mercado, contra-Estado e contra-economistas). Sabíamos que os economistas tiveram consciência dos riscos que desde há vários anos se corriam, na economia mundial, e sobretudo na norte-americana, mas a opinião que prevaleceu minimizava não só a possibilidade, como os efeitos, de uma possível crise. Procurámos mostrar que é possível explicar a economia de uma forma simples, mas rigorosa - o economista não deve aborrecer quem o escuta -; que é fundamental conhecer o contexto histórico da gestação da crise; assim como o contexto de evolução das ideias dos economistas sobre a possibilidade e as consequências de uma forte recessão; e que, sobretudo, é necessário fazer a identificação de pontos chave do desenvolvimento do ambiente que levou à crise. Para o economista a situação é emocionante porque ela corresponde ao mesmo tempo à mudança do poder económico mundial.

Claro que todos devemos aprender com a actual situação de grave crise, de destruição de projectos individuais e familiares, de criação de miséria e de perda de autoestima de milhões de seres humanos. Mas será que estamos a aprender com a crise? Será que estamos a contribuir como devemos para a melhoria do bem-estar dos indivíduos? A resposta existe em termos de análise económica e devemos procurá-la aí. A menos que um novo “messias” nos acuda e nos ilumine na nossa ignorância. E infelizmente parece que alguns “quase” economistas se comportam como se a sua “vinda” estivesse eminente.

Já na crise bolsista de 1987 havia surgido a posição Ludista: destruindo o progresso eliminamos os desastres que este provocou. É essa a ideia fundamental do movimento. Naquela altura, em 1987, procuraram alguns acabar com o uso de programas informáticos na gestão dos activos financeiros e afirmavam veementemente que a era dos “derivados” tinha

chegado ao fim. Também agora houve quem não se poupasse a declarações heróicas: “o mundo passou a 1 ml da explosão atómica económica” (Alain Minc), “vivemos o colapso do ultraliberalismo comparável ao do modelo comunista vinte anos atrás” (Emmanuel Todd), “o capitalismo chega ao seu fim” (Immanuel Wallerstein), e temos a “derrocada do capitalismo para o abismo” (Ignacio Ramonet). A luz para a compreensão do presente e para a construção do futuro deve vir do conhecimento. Vou dar alguns exemplos onde essa luz está ausente e onde ela deveria brilhar mais intensamente.

Tantos comentários acerca do nosso excepcional crescimento económico no terceiro trimestre deste ano. A comparação fez-se com países que sofreram verdadeiros desastres, pelo que por aí até eu passava a ser “alto como um nórdico” se me comparassem com um bosquímano. Desde o final dos anos oitenta, com os truques usados para esconder a inflação, que não reconheço grande credibilidade ao INE. Mas a questão não deve ser pessoal. Sabemos ou não que o desemprego é uma variável atrasada relativamente ao produto? Temos ou não a obrigação de conhecer o que se passou nas últimas recessões nos EUA, e noutros países, onde passámos a falar de “recuperação sem emprego”? Que relação passa então a existir entre o emprego e o produto? O produto trimestral não é calculado tendo para isso o volume do emprego uma importância razoável? Tudo isto para além do facto que podemos “conhecer” movimentos transitórios mas não sabemos facilmente decompor esses movimentos entre a parte errática e a permanentemente. Nada disto pareceu interessar os economistas intervenientes em debates sobre a nossa economia. A meu conhecimento, na imprensa, apenas um economista soube avisar para a dificuldade de medir o produto e que o processo usado iria sobreavaliá-lo, o economista Daniel Amaral. E no entanto bastava um pouco de reflexão e ausência de “partidarite” para lá chegar.

O outro fenómeno na nossa economia revela o desvario da falta de propostas para o nosso crescimento e a enervação de quem quer soluções imediatas sem as perspectivar no futuro. O FMI não tem dinheiro. Já o sabíamos. Lula da Silva até foi simpático e emprestou algum. O FMI não tem nem objectivos nem meios. Desde 1978 que anda à deriva. O seu grande poder deriva da sua credibilidade na avaliação da situação financeira de países dependentes do mercado internacional de crédito. Ou seja, uma má opinião para um pequeno país é algo preocupante. Quanto a um grande, ou “passa ao lado”, ou o “funcionário” não se atreve. De notar que para o FMI Angola é um grande país. O poder político de Angola também põe na ordem o FMI. O nosso caso é bem diferente. Para além disto, o FMI é uma espécie de

federação. A direcção diz uma coisa, aliás a evolução das concepções dos seus dirigentes tem mudado bastante, mas as equipas locais mantêm o legado tradicional. Diz a direcção: os apoios dos Estados à economia não podem ser abandonados sob pena de criarmos uma “recaída” da actual crise e assim não se afasta muito da própria OIT (Organização Internacional do Trabalho) quando à lentidão que devemos esperar da recuperação do (des)emprego. Que disse a nossa querida equipa local do FMI? Que o governo deveria aplicar uma política deflacionista de imediato. E o refrão tem sido tantas vezes “cantado” que esperemos que o Ministro das Finanças esteja com dificuldades auditivas. Que os custos reais do trabalho devem ser reduzidos é natural defender. Mas isso deve ser feito, sobretudo, pelo aumento da produtividade. Fazê-lo, nesta altura, através de uma política de procura é estranho e apenas poderia ter sucesso se as economias para quem exportamos estivessem em recuperação muito sensível. De outra forma seria um desastre. Mas assim a dívida pública cresce! E então? Que está a acontecer com os nossos parceiros da União Europeia? Hayek, no início dos cinquenta dizia que para repor o circuito dos rendimentos numa situação de crise (referia-se a deflação) “tudo” deveria ser feito. Até Hayek é esquecido. E ainda “ontem” discutíamos se devíamos ou não baixar os impostos. Não se discute muito bem economia no nosso país.

É altura de voltar a falar do “messias”. Ou haverá dois? Aquele que vai transformar a nossa sociedade para uma outra que por não sabermos qual precisamos muito dele, é um dos “messias”. A economia aqui apenas poderá reduzir os custos: desentupir as chaminés para que o “messias” não se suje se vier por uma delas. Um outro “messias” é o que vai evitar as crises financeiras. Uma espécie de Alan Greenspan “purificado”. É impressionante verificarmos como as suas intervenções contribuíram para agravar a actual crise. As pequenas crises foram aparecendo e sendo debeladas graças à sua política, foram-se acumulando os desequilíbrios e criado um problema de risco moral sem precedentes. Este novo “messias” faz parte da ideia que aumentar os poderes de supervisão das autoridades, ou do banco central, vai eliminar problemas futuros. Passamos a ter uma espécie de representante de “Deus” com conhecimentos micro, macro, mas sobretudo de economia financeira e contabilidade, para nos proteger quando a altura for chegada. Uma espécie de ayatollah do sistema financeiro, já que os descendentes de S. Pedro são mais coniventes com o sistema financeiro. Os economistas não acreditam em “messias”.

A discussão acerca da crise entusiasma o economista. Que efeitos pode ter a crise sobre o ensino da economia? É hoje consensual que a própria avaliação microeconómica das

instituições não pode deixar de se enquadrar num contexto macroeconómico. Lewis Ranieri, o pai da titularização, foi considerado um dos grandes inventores dos últimos 75 anos, ao lado de Bill Gates e Steve Jobs, como dizemos no nosso livro. Este economista ficou alarmadíssimo, em 2006, com o que se passava com o Citigroup, no “negócio” dos produtos financeiros que estariam na génese da actual crise. Na altura foi dito que apenas uma dúzia de economistas daquele “dinossauro” financeiro conheciam os produtos com que estavam a lidar. Admirados? Desde quando se ensina economia financeira nas Universidades? Em termos de ensino organizado devemos pensar em meados dos oitenta. A Universidade formou muitos economistas para quem a economia financeira continua a ser uma espécie de alquimia, da qual não percebem nem a lógica, nem os fundamentos. E no entanto nenhuma actividade de economista está sujeita a uma refutabilidade permanente como esta: se não dá dinheiro, ou não contribui para não perder dinheiro, abandona-se o modelo, não se protege, não se imuniza, abandona-se simplesmente e procura-se outro. Para se ser economista pode-se não saber como se fazem, concretamente, sapatos ou se põem meias solas. A actividade financeira está no centro da actividade económica. Como pode um economista dar-se ao luxo de não conhecer como se produzem os activos financeiros? Que regras levam à sua criação e negociação? A ignorância aqui é fatal. O Ludismo não será a saída agora, como não o foi no passado. Economistas mais competentes, isso sim, ajudará à saída da crise e ao desenvolvimento do bem estar.

Para finalizar, uma observação acerca do que alguns colegas estão a reflectir. O prolongamento da ajuda ao sector financeiro, em conjunto com a crise do sector não financeiro e por consequência a redução do crédito a este concedido, está a “inflacionar” o preço de activos financeiros (acções) podendo criar o que o colega brasileiro, Paulo Rabello, também co-autor do livro sobre “Crise”, designa por “rebolha”. A reflexão em economia é permanente, por isso ela é emocionante.